



PARECER CONTROLE INTERNO

EMENTA: Processo Licitatório nº 7/2015-001 SEMEL.

OBJETO: Locação de imóvel localizado à Rua do Comércio, nº. 423, Rio Verde, para funcionamento do Complexo Esportivo, no Município de Parauapebas, Estado Pará.

Trata-se de análise concernente ao procedimento de 1º Termo Aditivo do Contrato nº. 20150216, assinado com a empresa V. ANTÔNIA PEREIRA = ME, que objetiva o aditamento do valor do contratual correspondente em R\$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais) e a prorrogação do prazo em 09 (nove) meses, cujo objeto é a locação de imóvel localizado à Rua do Comércio, nº. 423, Rio Verde, para funcionamento do Complexo Esportivo, no Município de Parauapebas, Estado Pará.

Ressalvando-se os aspectos jurídicos, tendo em vista que são analisados pela Procuradoria Geral no Parecer Jurídico, passemos à análise do presente processo no que tange ao valor e prazo de prorrogação do contrato, certidões, bem como a indicação orçamentária.

Aportando esta Controladoria dos autos, cumpre observar que todo o trâmite processual necessário para a realização do aditivo, entre Autoridade Competente e Comissão de Licitação foram seguidos.

De acordo com a Lei Municipal nº. 4.293/2005, "*Art. 1º. Fica instituído o Sistema Unificado de Controle Interno do Poder Executivo, que por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral*".

No que tange aos documentos necessários para a instrução do procedimento, verificou-se que:

- I. Solicitação para a realização da contratação emitida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Sr. Edimar Rodrigues da Silva, através do Memorando nº. 0110/2016;
- II. Foi anexado aos autos justificativa, no que tange às razões para o aditamento;

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

2

- III. Consta no processo Portaria nº. 003/2015 - SEMEL nomeando a servidora Elyane Sousa de Moraes (Mat. 2105) como fiscal do referido contrato;
- IV. Consta no processo Parecer Fiscal Conclusivo (fl. 87/89 e 92/94);
- V. A empresa representante do proprietário do imóvel apresentou interesse na prorrogação do contrato pelo ordenador da despesa (fl. 93);
- VI. Consta nos autos:
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Municipal e prova de regularidade Trabalhista, na forma da Lei nº 8.666/93 art. 29, III e V;
 - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- VII. Consta no processo, a indicação de dotação orçamentária e financeira, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda - SEFAZ (fl. 100);
- VIII. Foi formalizada a designação da comissão de licitação e da equipe de apoio, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, III, os seguintes servidores:
1. Rodrigo Gonçalves Ribeiro - Presidente;
 2. Valdene de Jesus Lopes - Membro;
 3. Léo Magno Moraes Cordeiro - Membro;
 4. Fabiana de Souza Nascimento - Suplente;
 5. Midiane Alves Rufino Lima - Suplente.
- IX. Foi apresentada justificativa baseada no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei 8.666/93, na qual a Comissão de Licitação recomenda a elaboração do 2º Termo Aditivo, alterando o valor do contrato para R\$ 740.000,00 (setecentos e quarenta mil reais) e prazo contratual para 16 de dezembro de 2016;
- X. Consta no processo minuta do segundo aditivo ao contrato nº. 20150216;

CONCLUSÃO

Compulsando os autos, diante da análise do referido Processo Licitatório, concluiu-se pelas seguintes medidas:

Observa-se que as cópias dos documentos acostados aos autos (fls. 87/89) não estão autenticadas. Quanto à documentação, consoante determina o art. 32 da Lei nº. 8.666/1993:

Handwritten signature and stamp.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

3

"Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial".

Sugerimos que seja providenciada a autenticação nas referidas cópias.

Recomenda-se que seja juntado aos autos, Certidão Conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal, assim como seja confirmada a autenticidade das certidões apresentadas;

Enfim é imperioso ressaltar que as informações acostada aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade da Secretária Municipal de Esporte e Lazer, que tem competência técnica para tal, o Controle Interno, de acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005 tem a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública Municipal.

A realização do Aditivo em tela prevê o valor de R\$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais), cuja previsão orçamentária está atribuída na Classificação Institucional: 0801, Classificação Funcional: 27 811 1007 2.040, Classificação Econômica: 3.3.90.39.00, Sub-elemento: 10 - locação de imóvel.

Por todo exposto, tendo em vista que cabe ao setor competente realizar as revisões, antes da emissão do aditivo, sugerimos pela continuidade do procedimento.

É parecer.

Encaminhem-se os autos a Comissão Permanente de Licitação.

Parauapebas/PA, 10 de março de 2016.

Barbara Bandeira de Freitas de Berrêdo Martins
Barbara Bandeira de Freitas de Berrêdo Martins
Controladora Geral do Município
Dec. nº 265/2015

Rayane Eliara de Souza Alves
Rayane Eliara de Souza Alves
Agente de Controle Interno
Dec. 2.123/2013